CLIPPING INTERNET

05/04/2022 ATÉ 05/04/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 SITE IMIRANTE.COM..... 1
2 CEMULHER
2.1 SITE O MARANHENSE..... 2
3 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
3.1 BLOG HORA EXTRA..... 3
3.2 SITE O MARANHENSE..... 4 5 6
4 DESEMBARGADOR
4.1 BLOG DO JURACI FILHO..... 7
4.2 BLOG GILBERTO LEDA..... 8
4.3 BLOG HOLDEN ARRUDA..... 9
4.4 BLOG JOHN CUTRIM..... 10
4.5 BLOG LUÍS CARDOSO..... 11
4.6 BLOG O JORNALEIRO..... 12 13
4.7 SITE O PROGRESSO..... 14
5 PRESIDÊNCIA
5.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA..... 15
5.2 SITE MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO..... 16
6 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)
6.1 SITE O MARANHENSE..... 17

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
05/04/2022 - BLOG DO JURACI FILHO
POSITIVA
Antes de sair, Flávio Dino sanciona Lei que cria sete novos cargos de desembargador no TJ

Antes de sair, Flávio Dino sanciona Lei que cria sete novos cargos de desembargador no TJ

05/04/2022 07:42:11

O governador Flávio Dino (PSB) sancionou a Lei Complementar 242/2022, de autoria do Poder Judiciário, que altera a Lei Complementar 14 - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação de sete novos cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Com a lei, o Tribunal de Justiça passará a ser composto por 37 desembargadores, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça, com as competências e atribuições definidas na Constituição do Estado, no Código e no Regimento Interno.

O acréscimo de mais sete magistrados proporcionará a criação de mais uma câmara cível, passando de sete para oito. O Plenário funcionará com a presença de, pelo menos, 19 desembargadores, além do presidente. Segundo a lei, seus julgamentos serão tomados por maioria de votos, salvo os casos que exijam quórum especial.

A lei estabelece, ainda, que fica criado, na Mesa Diretora do Tribunal de Justiça, o cargo de 2º vice-presidente. Desta forma, o atual vice-presidente se tornará 1º vice-presidente. Além de substituir o 1º vice-presidente nas suas ausências, o 2º vice-presidente será o supervisor-geral dos juizados especiais e ouvidor judicial do Poder Judiciário.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
05/04/2022 - BLOG EDUARDO ERICEIRA
POSITIVA
Governador Carlos Brandão visita stand do MPMA e TJMA na Feira do Empreendedor

Governador Carlos Brandão visita stand do MPMA e TJMA na Feira do Empreendedor

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, recebeu, neste domingo, 3, a visita do governador Carlos Brandão no stand do Ministério Público do Maranhão e do Tribunal de Justiça na Feira do Empreendedor. O presidente eleito do TJMA, desembargador Paulo Velten, também acompanhou a visita.

Após participar de atividades na programação Feira do Empreendedor, promovida pelo Sebrae Maranhão desde a última quinta-feira, Carlos Brandão visitou os stands do evento. No espaço do MPMA e TJMA, o governador empossado neste sábado elogiou a participação das duas instituições, destacando que os micro e pequenos empreendedores correspondem a 90% dos empregos gerados no estado e, por isso, deve sempre haver esse esforço conjunto para destravar problemas burocráticos para que esses empreendimentos possam crescer.

Carlos Brandão também ressaltou a importância do diálogo institucional para o exercício pleno da democracia. “Vamos receber o Ministério Público, vamos receber o presidente Paulo Velten (TJMA) logo que ele assumir, e assim tenho feito a minha vida inteira. Essa boa relação só fortalece a democracia. Uma relação institucional com a harmonia dos poderes”, destacou.

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, agradeceu a presença do governador no stand do MP e do TJMA na Feira do Empreendedor, também ressaltando o diálogo institucional como uma forma de garantir avanços sociais. Eduardo Nicolau aproveitou para avaliar como bastante positiva a participação do MPMA na Feira do Empreendedor.

“Dividimos esse espaço com o Tribunal de Justiça de maneira muito exitosa, garantindo que as pessoas pudessem conhecer um pouco mais a atuação do Ministério Público e receber o atendimento da nossa Ouvidoria. O que queremos é que o Ministério Público esteja sempre onde o cidadão estiver”, ressaltou.

O stand do MPMA e do TJMA também recebeu a visita de vários membros e servidores das duas instituições. Do MPMA compareceram neste domingo a ouvidora Sandra Elouf, a procuradora Fátima Travassos e os promotores de justiça Thereza Muniz de La Iglesia (chefe de Gabinete do PGJ); Luiz Muniz Rocha Filho (coordenador do Grupo de Atuação de Operações Especiais); Ana Carolina Cordeiro de Mendonça (integrante do Gaeco); Nahyma Ribeiro Abas (coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa); Lítia Cavalcanti (coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor); Marco Aurélio Batista Barros (coordenador do Programa Ética e Integridade Empresarial), Ronald Pereira, Núbia Zeile Pinheiro Gomes e o promotor aposentado Clésio Muniz.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
05/04/2022 - BLOG GILBERTO LEDA
NEUTRA
EXCLUSIVO! CNJ analisa pedido para anular criação de vagas de desembargador do TJMA

EXCLUSIVO! CNJ analisa pedido para anular criação de vagas de desembargador do TJMA

Publicado em 5 de abril de 2022 por gilbertoleda
O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) prepara-se para julgar um pedido de anulação do projeto de lei que culminou com a criação de sete vagas de desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O caso chegou ao órgão após um pedido de abertura de Procedimento de Controle Administrativo protocolado pelo advogado Aldenor Rebouças.

A relatora é a conselheira Salise Monteiro Sanchotene.

Em resumo, Rebouças aponta em sua manifestação a inexistência de orçamento suficiente para a criação das vagas de desembargador – e alega que o superávit de arrecadação atual, decorrente da alta dos preços dos combustíveis, não pode servir de parâmetro seguro no horizonte de longo prazo -; além de destacar que há diversas varas de primeiro grau criadas há mais de dez anos ainda pendentes de instalação

Em suma, o causídico entende que, antes de robustecer a estrutura do TJ, o Juddiciários deveria reforçar o atendimento de 1º grau (veja aqui a íntegra).

Após tomar conhecimento do caso, a conselheira Salise Sanchotene oficiou ao Tribunal, que apesentou resposta aos questionamentos, assinada pelo presidente, desembargador Lourival Serejo.

Segundo ele, a criação das vagas foi precedida de amplos estudos.

“O processo de criação das vagas de Desembargador, objeto de impugnação deste PCA, iniciou com estudo técnico e estatístico, atualizado e complementar ao já chancelado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos autos do PCA no 0003424-45.2021.2.00.0000, conforme mencionado acima, e elaborado pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização, coordenada pelo Juiz Auxiliar da Presidência, Francisco Soares Reis Júnior, coordenador do Comitê Orçamentário do 1o grau e do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau, com apoio da Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos”, pontuou o presidente do TJMA.

E completou: “O novo estudo foi mais amplo e levou em consideração fatores como: adensamento populacional; comparação com outros Tribunais de Justiça em número de desembargadores e população; distribuição processual nas Câmaras do Tribunal entre 2015 e 2021 e Projeções Processuais até 2023” (leia aqui a íntegra da resposta do TJMA).

O processo será julgado em breve.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
05/04/2022 - BLOG HOLDEN ARRUDA
NEUTRA
CNJ analisa pedido para anular criação de vagas de desembargador do TJMA

CNJ analisa pedido para anular criação de vagas de desembargador do TJMA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) prepara-se para julgar um pedido de anulação do projeto de lei que culminou com a criação de sete vagas de desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O caso chegou ao órgão após um pedido de abertura de Procedimento de Controle Administrativo protocolado pelo advogado Aldenor Rebouças.

A relatora é a conselheira Salise Monteiro Sanchotene.

Em resumo, Rebouças aponta em sua manifestação a inexistência de orçamento suficiente para a criação das vagas de desembargador - e alega que o superávit de arrecadação atual, decorrente da alta dos preços dos combustíveis, não pode servir de parâmetro seguro no horizonte de longo prazo -; além de destacar que há diversas varas de primeiro grau criadas há mais de dez anos ainda pendentes de instalação

Em suma, o causídico entende que, antes de robustecer a estrutura do TJ, o Juddiciários deveria reforçar o atendimento de 1º grau (veja aqui a íntegra).

Após tomar conhecimento do caso, a conselheira Salise Sanchotene oficiou ao Tribunal, que apesentou resposta aos questionamentos, assinada pelo presidente, desembargador Lourival Serejo.

Segundo ele, a criação das vagas foi precedida de amplos estudos.

"O processo de criação das vagas de Desembargador, objeto de impugnação deste PCA, iniciou com estudo técnico e estatístico, atualizado e complementar ao já chancelado pelo Conselho Nacional de Justiça, nos autos do PCA no 0003424-45.2021.2.00.0000, conforme mencionado acima, e elaborado pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização, coordenada pelo Juiz Auxiliar da Presidência, Francisco Soares Reis Júnior, coordenador do Comitê Orçamentário do 1o grau e do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau, com apoio da Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos", pontuou o presidente do TJMA.

E completou: "O novo estudo foi mais amplo e levou em consideração fatores como: adensamento populacional; comparação com outros Tribunais de Justiça em número de desembargadores e população; distribuição processual nas Câmaras do Tribunal entre 2015 e 2021 e Projeções Processuais até 2023" (leia aqui a íntegra da resposta do TJMA).

O processo será julgado em breve.

as informações são do jornalista gilberto léda

RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS – Equatorial Maranhão participa do Mutirão de Conciliação

A distribuidora está em parceria com TJMA para negociações com o cliente

Em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), A Equatorial Maranhão participa do Mutirão de Conciliação, que oferece condições exclusivas para a renegociação de dívidas. A distribuidora contará com um stand, das 8h às 17h, durante toda esta semana, até o dia 8 de abril, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, para negociações com clientes da classe residencial que estão em débitos com a companhia. Para participar, basta comparecer com RG, CPF e comprovante de residência.

A líder jurídica da Equatorial Maranhão, Amanda Castro, pontua: “A Equatorial Maranhão traz mais uma oportunidade de negociar os débitos de clientes residenciais. São condições especiais para que todos possam ficar em dia e continuar usufruindo do fornecimento de energia. Essa campanha em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão tem como objetivo resolver de forma rápida e eficiente os problemas dos consumidores maranhenses”.

Além do Mutirão de Conciliação, a Equatorial Maranhão oferece a possibilidade para os clientes parcelarem seus débitos ou realizarem o pagamento de suas faturas com cartão de crédito através do site www.equatorialenergia.com.br. O titular da conta também pode buscar um dos pontos de atendimento presencial da Equatorial Maranhão para realizar sua negociação, ou ainda através da Central 116 e a Central de negociações da Equatorial através do número 0800 098 2997.

Notas Rápidas - Inscrições abertas

O desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), assinou, nesta segunda-feira (4), os editais nº. 292022, nº. 302022 e nº. 312022, para abrir inscrições para o acesso de magistrados e magistradas ao cargo de desembargador ou desembargadora da Corte de Justiça estadual. As inscrições devem ser feitas em um prazo de cinco dias, de acordo com os artigos 168, caput e 169 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. As inscrições deverão ser feitas por meio do sistema Digidoc, cadastradas como "requisição", na opção "acesso ao cargo de desembargador", até as 23:59 do último dia dos prazos dos editais.

Merecimento

Segundo os editais nº. 292022 e 312022 – que abrem as vagas para a magistratura do Segundo Grau pelo critério de merecimento – poderão se inscrever, magistrados ou magistradas com mais de dois anos na entrância final e que estejam na primeira quinta parte da lista de antiguidade, dispensando-se esses requisitos se nenhum integrante da primeira quinta parte requerer o acesso e, assim, sucessivamente, de conformidade com o § 1º do artigo 171 do Regimento Interno.

Antiguidade

Já pelo critério de antiguidade, conforme o Edital nº. 302022, poderão se inscrever todos os juízes e juízas de entrância final. Os três cargos de desembargador foram criados pela Lei Complementar nº 242, de 31 de março de 2022.

Leia mais: https://jornalpequeno.blog.br/johncutrim/notas-rapidas-33/#ixzz7PbSLClV6

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
05/04/2022 - BLOG LUÍS CARDOSO
POSITIVA
Sancionada a lei que cria sete novos cargos de desembargador no TJMA

Sancionada a lei que cria sete novos cargos de desembargador no TJMA

Data: 04 de Abr de 22 às 17:00 Categoria: Judiciário

Foi sancionada, pelo governo do Maranhão, a Lei Complementar 242/2022, de autoria do Poder Judiciário, que altera a Lei Complementar 14 – Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação de sete novos cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Sede do Tribunal de Justiça do Maranhão

Com a lei, o Tribunal de Justiça passará a ser composto por 37 desembargadores, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça, com as competências e atribuições definidas na Constituição do Estado, no Código e no Regimento Interno.

O acréscimo de mais sete magistrados proporcionará a criação de mais uma câmara cível, passando de sete para oito. O Plenário funcionará com a presença de, pelo menos, 19 desembargadores, além do presidente. Segundo a lei, seus julgamentos serão tomados por maioria de votos, salvo os casos que exijam quórum especial.

A lei estabelece, ainda, que fica criado, na Mesa Diretora do Tribunal de Justiça, o cargo de 2º vice-presidente. Desta forma, o atual vice-presidente se tornará 1º vice-presidente. Além de substituir o 1º vice-presidente nas suas ausências, o 2º vice-presidente será o supervisor-geral dos juizados especiais e ouvidor judicial do Poder Judiciário.

TJMA abre inscrições para magistrados no cargo de desembargador

Data: 5 de abril de 2022
Autor: Oséas
0 Comentários
O desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), assinou, nesta segunda-feira (4), os editais nº. 292022, nº. 302022 e nº. 312022, para abrir inscrições para o acesso de magistrados e magistradas ao cargo de desembargador ou desembargadora da Corte de Justiça estadual.

As inscrições devem ser feitas em um prazo de cinco dias, de acordo com os artigos 168, caput e 169 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. As inscrições deverão ser feitas por meio do sistema Digidoc, cadastradas como “requisição”, na opção “acesso ao cargo de desembargador”, até as 23:59 do último dia dos prazos dos editais.

MERECIMENTO

Segundo os editais nº. 292022 e 312022 – que abrem as vagas para a magistratura do Segundo Grau pelo critério de merecimento – poderão se inscrever, magistrados ou magistradas com mais de dois anos na entrância final e que estejam na primeira quinta parte da lista de antiguidade, dispensando-se esses requisitos se nenhum integrante da primeira quinta parte requerer o acesso e, assim, sucessivamente, de conformidade com o § 1º do artigo 171 do Regimento Interno.

ANTIGUIDADE

Já pelo critério de antiguidade, conforme o Edital nº. 302022, poderão se inscrever todos os juízes e juízas de entrância final.

Os três cargos de desembargador foram criados pela Lei Complementar nº 242, de 31 de março de 2022.

Informações: Agência TJMA de Notícias

Lei que cria sete novos cargos de desembargador no TJMA é sancionada

Data: 5 de abril de 2022
Autor: Oséas
0 Comentários
O governador Flávio Dino (PSB) sancionou a Lei Complementar 242/2022, de autoria do Poder Judiciário, que altera a Lei Complementar 14 – Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação de sete novos cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Com a lei, o Tribunal de Justiça passará a ser composto por 37 desembargadores, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça, com as competências e atribuições definidas na Constituição do Estado, no Código e no Regimento Interno.

O acréscimo de mais sete magistrados proporcionará a criação de mais uma câmara cível, passando de sete para oito. O Plenário funcionará com a presença de, pelo menos, 19 desembargadores, além do presidente. Segundo a lei, seus julgamentos serão tomados por maioria de votos, salvo os casos que exijam quórum especial.

A lei estabelece, ainda, que fica criado, na Mesa Diretora do Tribunal de Justiça, o cargo de 2º vice-presidente. Desta forma, o atual vice-presidente se tornará 1º vice-presidente. Além de substituir o 1º vice-presidente nas suas ausências, o 2º vice-presidente será o supervisor-geral dos juizados especiais e ouvidor judicial do Poder Judiciário.

Informações: Agência Assembleia

Cooperação disponibiliza vagas em cursos para público LGBTQIA+

Termo para ofertar vagas gratuitas foi assinado pelo presidente do TJMA e o diretor Regional do Senac/MA

SÃO LUÍS - O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, e o diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), José Ahirton Lopes, assinaram, na manhã desta terça-feira (5), no Gabinete da Presidência, o Termo de Cooperação Técnica que objetiva a disponibilização gratuita de vagas em cursos profissionalizantes ofertados pelo Senac para a população LGBTQIA+.

Os cursos serão oferecidos nas Unidades Operativas de São Luís, Imperatriz, Bacabal, Caxias e Santa Inês e de outras unidades do Senac instaladas no Estado do Maranhão, incluindo o Senac Móvel.

A comunidade LGBTQIA+ está inserida no público-alvo da Política de Diversidade do Judiciário maranhense, conforme Resolução 47/2020 que instituiu o Comitê de Diversidade do TJMA, que tem como um dos eixos de atuação o combate a LGBTfobia.

No Termo, o Senac disponibilizará, de forma gratuita, duas vagas, por turma, nas referidas unidades, nas programações de cursos profissionalizantes de formação inicial e continuada na modalidade presencial, para a população LGBTQIA+.

Os cursos abrangem as demandas apresentadas pelo público LGBTQIA+, conforme pesquisa realizada pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular e Organizações Não Governamentais em 28 municípios maranhenses.

O Senac deverá encaminhar para o Comitê de Diversidade do TJMA, por ocasião do lançamento, as programações de cursos, inclusive pré-requisitos, quando necessários, para a inscrição e matrícula.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial vai fornecer o material didático, proceder às avaliações de rendimento dos alunos e, ao término dos cursos, expedir a certificação de conclusão.

“Devemos integrar o público LGBTQIA+, reservando vagas em todos os cursos do Senac e fazer o atendimento. Espero que a gente faça um bom trabalho porque temos uma estrutura muito boa e disponibilidade de fazer o serviço”, comentou o presidente do Conselho Regional do Senac, José Ahirton Lopes.

Ficará a cargo do Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Comitê de Diversidade, encaminhar ofício com os dados dos participantes; realizar, com servidores do seu quadro funcional, o acompanhamento dos encaminhados aos cursos e de seu funcionamento, por meio de visitas e reuniões com o pessoal técnico do Senac/MA.

Segundo o coordenador do Comitê de Diversidade do TJMA, juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, a assinatura do

Termo de Cooperação Técnica é resultado de um diálogo do Comitê com os movimentos sociais representativos da comunidade LGBTQIA+.

“Dentro dessa dinâmica, a comunidade LGBTQIA+ fará a divulgação e coletará as pessoas interessadas, informará ao Comitê, que enviará essa lista ao Senac", comentou o coordenador do Comitê.

A juíza da 1ª Vara da Comarca de Codó e coordenadora-adjunta do Comitê de Diversidade do TJMA, Elaile Silva Carvalho, achou muito positivo o Termo de Cooperação Técnica. “Vemos que o Judiciário está mudando, oferecendo esses cursos para esse público LGBTQIA+, que sofre bastante preconceito e discriminação. É uma forma de terem oportunidade de crescerem na vida, de terem trabalhos e serem qualificados”, concluiu a juíza.

A dirigente da Casa FloreSer, Lohanna Pausini, disse que 90% por cento de pessoas trans e travestis estão na prostituição por falta de uma qualificação profissional e afirmou que elas são expulsas muito cedo do ambiente escolar e não conseguem essa qualificação. “Qualquer iniciativa nesse sentido de qualificação, capacitação profissional e por sermos uma minoria, precisamos de cotas para fortalecer a categoria, para ingressar no mercado de trabalho”, comentou.

O coordenador do Coletivo Área T, Caio Mendonça de Jesus, disse que esse Termo de Cooperação Técnica é um marco, porque nossa população é bastante negligenciada com relação ao mercado de trabalho, e a capacitação é um passo importante para que a gente possa adentrar de forma menos difícil. “Garantindo essa qualificação, é importante para que a gente possa alçar novos caminhos e para que as portas possam se abrir”, finalizou.

Estiverem presentes, também, Carlos Wellington Martins, além do servidor Luciano Vilar e da servidora Joelma Nascimento (os dois últimos, integrantes do Comitê de Diversidade).

SÃO LUÍS - MPMA avalia de forma positiva participação na Feira do Empreendedor

Publicado: 04 Abril 2022 Acessos: 80
Público
Público da Feira foi informado sobre as ações do MPMA

Atend
Ouvidoria do MPMA recebeu demandas da comunidade

Membros MPMA
No stand, membros do MPMA acompanharam a Feira

Visita Fiema
Presidente da Fiema visitou o stand

DSC 3763
Diretor da Secinst divulgou Programa de Direitos Humanos

DSC 3841
Membros da instituição prestigiaram o stand

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, reunido com membros do Ministério Público do Maranhão, avaliou de forma positiva a participação da instituição no evento, realizado no Multicenter Sebrae, no Cohafuma.

Na sexta-feira, 1º, no stand instalado em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão, os membros do MPMA ressaltaram a aproximação do Ministério Público com a população proporcionada por eventos como a Feira do Empreendedor.

“Essa participação é fundamental para provar que o Poder Público também precisa agir com ética, transparência e integridade na utilização do dinheiro público. O Ministério Público não pode apenas cobrar, sem demonstrar, com as nossas atitudes, que estamos fazendo a coisa certa”, comentou Eduardo Nicolau.

O chefe do MPMA destacou, ainda, que o contato de promotores e procuradores de justiça com os cidadãos renova a instituição e a torna mais sensível às demandas sociais. “Nós não vivemos sem a população, para quem somos essenciais, conforme preconiza a Constituição. Por isso, precisamos desse contato para saber e sentir a necessidade do povo”, acentuou.

O diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst), promotor de justiça José Márcio Maia Alves, acrescentou que o Ministério Público, durante a Feira do Empreendedor, teve a oportunidade de compartilhar com a sociedade seus programas e ações. “Estamos divulgando aqui o Programa de Atuação em Defesa dos

Direitos Humanos, com seus diversos eixos em prol da sociedade, bem como a criação das Promotorias Distritais. O Ministério Público busca demonstrar que é parceiro do empreendedorismo, para que todos possamos proteger os direitos daqueles que mais necessitam".

Também presente na Feira, o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Gilberto Câmara França Júnior, ressaltou a importância da parceria do Ministério Público com o Sebrae. "Tanto no setor público como no privado é fundamental a prática da boa governança, da ética, do respeito às leis. É essencial valorizar o pequeno e microempreendedor".

O coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, Gleudson Malheiros, defendeu o diálogo constante do MP com a sociedade, o Poder Público e os entes privados, a fim de viabilizar parcerias na efetivação de políticas públicas. "Na infância e juventude, temos parcerias com empresas para a oferta de vagas destinadas a menores aprendizes no mercado de trabalho e financiamento de programas em atendimento a esse público-alvo de nossa atuação".

Ainda estiveram presentes no stand do MPMA na Feira do Empreendedor os promotores de justiça Alineide Martins Costa, José Lucíolo Gorayeb, Nahyma Ribeiro Abas, Marco Aurélio Batista Barros, Theresa Muniz de La Iglesia (chefe de gabinete da PGJ), Fernando Barreto Júnior e Nadja Veloso Cerqueira.

ATENDIMENTO DA OUVIDORIA

No stand na Feira do Empreendedor, o público presente foi informado sobre as atribuições da Ouvidoria do MPMA, dentre elas receber, examinar e encaminhar representações, reclamações, críticas, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público.

O técnico em prótese dentária Bernardo Duarte Filho, após registrar uma demanda, elogiou a iniciativa. "Esse tipo de serviço que vem ao encontro do cidadão é muito positivo, porque facilita o nosso acesso à justiça", comentou.

Opinião semelhante manifestou a auxiliar técnica de uma empresa privada Maria de Lurdes de Araújo, que reclamou dos transtornos causados por uma obra realizada perto de sua residência na estrada de São José de Ribamar. "Eu vim pedir orientação sobre para quem posso levar a minha reclamação e fui muito bem atendida pela Ouvidoria do Ministério Público", elogiou.

Redação e fotos: CCOM-MPMA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CEMULHER
05/04/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
CEMULHER participa da Semana Escolar de São José de Ribamar

CEMULHER participa da Semana Escolar de São José de Ribamar

5 de abril de 2022 omaranhense

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA) participou da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher de São José de Ribamar, ocorrida no período de 21 a 25 de março de 2022.

O presidente da CEMULHER, desembargador Cleones Carvalho Cunha, a juíza Samira Barros Heluy, titular da Vara da Infância e Juventude e do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São José de Ribamar e o Secretário de Estado da Educação, Felipe Costa Camarão, convidaram toda a comunidade ribamarense para a abertura da referida semana, realizada no dia 21 de março, às 8:30h, no auditório do IEMA em São José de Ribamar.

Ao longo da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, palestrantes convidados integrantes de diversos órgãos do Sistema de Segurança, Sistema de Justiça, Saúde, Assistência Social e da Rede de Atendimento à Mulher proferiram palestras em diversas escolas de São José de Ribamar.

A equipe da CEMULHER, a convite da juíza Samira Barros Heluy, realizou uma palestra com 70 alunos de duas turmas do 2º ano do Ensino Médio, estudantes do Centro de Educação Integral Cidade de São José de Ribamar-CAIC.

Na oportunidade, as analistas judiciárias Amanda Rolim-bacharel em Direito, e Edla Ferreira-psicóloga, conversaram com os alunos sobre relacionamentos abusivos, masculinidades, empoderamento feminino, prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. O diálogo foi incentivado com a exibição de vídeo, slides e perguntas reflexivas, favorecendo a manifestação de opiniões, dúvidas e sugestões por parte dos alunos. Ao final da palestra, foram entregues informativos e compartilhada a versão digital da cartilha “Violência Doméstica e Familiar contra a mulher: o que você precisa saber”, produzida pela CEMULHER TJMA.

Equatorial Maranhão participa do Mutirão de Conciliação

Em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), A Equatorial Maranhão participa do Mutirão de Conciliação, que oferece condições exclusivas para a renegociação de dívidas. A distribuidora contará com um stand, das 8h às 17h, durante toda esta semana, até o dia 8 de abril, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, para negociações com clientes da classe residencial que estão em débitos com a companhia. Para participar, basta comparecer com RG, CPF e comprovante de residência.

A líder jurídica da Equatorial Maranhão, Amanda Castro, pontua: “A Equatorial Maranhão traz mais uma oportunidade de negociar os débitos de clientes residenciais. São condições especiais para que todos possam ficar em dia e continuar usufruindo do fornecimento de energia. Essa campanha em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão tem como objetivo resolver de forma rápida e eficiente os problemas dos consumidores maranhenses”.

Alémdo Mutirão de Conciliação, a Equatorial Maranhão oferece a possibilidade para os clientes parcelarem seus débitos ou realizarem o pagamento de suas faturas com cartão de crédito através do site www.equatorialenergia.com.br. O titular da conta também pode buscar um dos pontos de atendimento presencial da Equatorial Maranhão para realizar sua negociação, ou ainda através da Central 116 e a Central de negociações da Equatorial através do número 0800 098 2997.

Equatorial Maranhão participa do Mutirão de Conciliação

Em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), A Equatorial Maranhão participa do Mutirão de Conciliação, que oferece condições exclusivas para a renegociação de dívidas. A distribuidora contará com um stand, das 8h às 17h, durante toda esta semana, até o dia 8 de abril, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, para negociações com clientes da classe residencial que estão em débitos com a companhia. Para participar, basta comparecer com RG, CPF e comprovante de residência.

A líder jurídica da Equatorial Maranhão, Amanda Castro, pontua: “A Equatorial Maranhão traz mais uma oportunidade de negociar os débitos de clientes residenciais. São condições especiais para que todos possam ficar em dia e continuar usufruindo do fornecimento de energia. Essa campanha em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão tem como objetivo resolver de forma rápida e eficiente os problemas dos consumidores maranhenses”.

Alémdo Mutirão de Conciliação, a Equatorial Maranhão oferece a possibilidade para os clientes parcelarem seus débitos ou realizarem o pagamento de suas faturas com cartão de crédito através do site www.equatorialenergia.com.br. O titular da conta também pode buscar um dos pontos de atendimento presencial da Equatorial Maranhão para realizar sua negociação, ou ainda através da Central 116 e a Central de negociações da Equatorial através do número 0800 098 2997.

CGJ-MA define distribuição de processos na 2ª Vara de Barreirinhas

5 de abril de 2022 omaranhense

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) definiu as regras para a distribuição de processos para a 2ª Vara da Comarca de Barreirinhas, criada em 12 de abril de 2018, e instalada no dia 1º de abril de 2022, pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

A nova unidade recebe processos relativos às demandas de Família, Casamento, Sucessões, Tutela, Curatela e Ausência, Infância e Juventude, Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, conforme a competência exclusiva, inclusive o processamento e julgamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri.

Com exceção dos processos arquivados ou pendentes de movimentação de baixa, todos os processos de competência exclusiva da 2ª Vara deverão ser redistribuídos seguindo as regras do Provimento nº 11/2022.

PROCESSOS FÍSICOS E ELETRÔNICOS

De acordo com o Provimento 11/2022, editado pela CGJ-MA em 1º de abril, a redistribuição dos processos físicos (Sistema Themis PG) que tramitam em papel deve ser feita de forma automatizada pelo Tribunal de Justiça e Corregedoria. E a redistribuição dos autos eletrônicos (Sistema PJe) será realizada manualmente pela 1ª Vara.

O Provimento estabelece que não haverá redistribuição para a recém-instalada 2ª Vara da Comarca de Barreirinhas dos processos judiciais de competência comum, com jurisdição já firmadas por distribuição regular ao juízo da 1ª Vara, exceto nas hipóteses legais mencionadas na norma.

A norma considerou a necessidade de disciplinar a distribuição de processos para essa unidade jurisdicional, de forma a assegurar o equilíbrio do contingente processual entre as duas varas com jurisdição sobre os feitos, sem descurar da observância do Princípio do Juiz Natural, estabelecido conforme as regras de fixação de competência, no ato da distribuição da ação.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
05/04/2022 - SITE O PROGRESSO
POSITIVA
CGJ-MA acompanha serviços dos cartórios

CGJ-MA acompanha serviços dos cartórios

Foco na transformação digital
Helena Barbosa
Asscom CGJ

Corregedor confere serviços em cartório - Foto: Divulgação: CGJ-MA

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, se encontra na Região Tocantina, onde conhece além dos serviços judiciais, as instalações dos cartórios, conversa com delegatários e funcionários sobre o funcionamento dos serviços extrajudiciais de acordo com as normas de integridade e verifica as condições do atendimento prestado ao público.

A série de visitas realizadas pelo corregedor do Judiciário começou no dia 15 de março, pelos cartórios da capital. Acompanhado da coordenadora das serventias da CGJ-MA, Jaciara Monteiro, o desembargador consulta os livros obrigatórios dos cartórios; verifica o atendimento às normas estabelecidas pela Corregedoria e Conselho Nacional de Justiça e a integridade dos serviços, quanto aos registros, guarda de documentos e livros obrigatórios.

Em São Luís, o corregedor já percorreu o 1º, o 3º e o 5º Tabelionato de Notas; o 2º Tabelionato de Protesto; o 2º Oficio de Registro Títulos e Pessoas Jurídicas; e o 2º Zona de Registro de Imóveis.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
As visitas têm o objetivo não apenas de fiscalização dos atos cartorários, mas de supervisão, orientação e apoio aos trabalhos realizados pelos delegatários responsáveis pelos cartórios. Um dos focos da gestão é a modernização dos serviços cartoriais, com a transformação digital dos serviços, com o objetivo de proporcionar mais segurança aos serviços extrajudiciais.

“Identificamos que os cartórios novos já estão 100% digitalizados e os antigos precisam também ingressar nessa nova era digital. A transformação dos serviços digitais do serviço extrajudicial é fundamental para a melhoria da qualidade dos serviços e acessibilidade do cidadão e o Conselho Nacional de Justiça tem cobrado isso das corregedorias”, disse o corregedor.

O corregedor da Justiça implantou um Programa de Compliance na gestão do órgão, que foi estendido ao serviço extrajudicial e tem cobrado essa postura de integridade dos serventuários. “Quem procura um cartório quer segurança nos seus atos. E é isso que o cartório tem de fornecer. E não é possível se trabalhar numa atmosfera de segurança e integridade sem o avanço tecnológico”.

INSPEÇÕES EXTRAJUDICIAIS
Enquanto isso, mais duas equipes da CGJ-MA, coordenadas por juízes auxiliares do órgão, realizam inspeções extrajudiciais nos cartórios do interior do Estado, seguindo programação prevista pelo órgão, conforme a Portaria 448/2022.

As inspeções começaram dia 28 de março, pelos cartórios 1º, 2º e 3º Ofícios de Caxias e 2º Ofício de Coelho Neto (28/03 a 1º/04) e seguiram pelos cartórios do 5º Tabelionato de Notas de São Luís (25/03), 1º, 2° e 3º Ofício de Timon (28 a 31/03).

Dentre outros itens, a inspeção verifica a existência de todos os livros obrigatórios, sua nominação e numeração sequencial, escrituração cirreta, cumprimento da lei de custas e emolumentos e, o saneamento das possíveis irregularidades detectadas na última inspeção.

As inspeções extraordinárias são realizadas em cumprimento presididas pelos juízes Anderson Sobral e Sônia Amaral com o auxílio de servidores da Divisão de Correições e Inspeções: Klayton Nishiwaki; Vitória Colvara; Thiago Bogéa; Eliana Ferreira, José Raimundo Oliveira, Alice Matos e Cláudia Katherine.